

Moção do GT 54. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira

Antropólogas, antropólogos e demais profissionais reunidos no GT 54. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira, coordenado por Luciana Gonçalves de Carvalho (Ufopa) e Luciana de Oliveira Chianca (UFPB) na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, propõem à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a adoção de uma pauta institucional de reflexão sobre o lugar da extensão na antropologia brasileira. Sugerimos abaixo alguns encaminhamentos a serem tomados, junto às devidas instâncias, a fim de valorizar e promover a extensão universitária como parte fundamental da formação e da prática da antropologia em ação.

- Simplificação dos procedimentos de creditação curricular das atividades extensionistas;
- Maior valorização das atividades de extensão para fins de progressão e promoção funcional;
- Elaboração de critérios para pontuação da produção científico-cultural extensionista na avaliação de cursos de graduação e pós-graduação;
- Equiparação das atividades de extensão e pesquisa para fins de aferição da produtividade acadêmica;
- Desburocratização dos procedimentos administrativos para realização de atividades extensionistas, de modo a contemplar a diversidade de grupos sociais nelas envolvidos, bem como os diferentes contextos em que vivem e as respectivas lógicas culturais;
- Revisão dos critérios de dotação orçamentária das universidades, com inclusão da extensão na matriz Andifes;
- Maior flexibilização na execução dos recursos financeiros destinados às ações de extensão, tendo em vista o adequado custeio de atividades essenciais ao trabalho de campo e de intervenção nas comunidades/territórios de atuação, tais como pagamento de diárias e passagens locais, auxílio combustível, material de papelaria, entre outros.
- Estímulo à prática da extensão, em consonância com a pesquisa e o ensino, visando à formação de antropólogas e antropólogos para o exercício de antropologias em ação.

Brasília, 12 de dezembro de 2018.